

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 8/2012
Período: 24/03/2012 – 30/03/2012
GEDES – Brasil

- 1- Comissão da Verdade terá auxílio de comitês estaduais
- 2- Dilma Rousseff escolhe membros da Comissão da Verdade e governo estuda regulamentação para seu funcionamento
- 3- Colunas opinam sobre a validade da Lei da Anistia diante de crimes permanentes
- 4- Negociações sobre escolha do caça previsto no projeto FX-2
- 5- Quilombolas reivindicam área da Marinha
- 6- Protestos marcam a semana de aniversário de 48 anos do golpe militar de 1964
- 7- Exército inicia retirada do Complexo do Alemão
- 8- Embraer planeja participar da reabertura da licitação para fornecimento de aeronaves à Força Aérea dos Estados Unidos
- 9- Ministério Público Militar afirma que fiscalização em prisões militares proposta pela Secretaria dos Direitos Humanos é desnecessária
- 10- Comissão Interamericana de Direitos Humanos aceita processo contra o Brasil no caso da morte do jornalista Vladimir Herzog
- 11- Filho do general Emílio Garrastazu Médici faz declarações durante lançamento de livro
- 12- Política espacial brasileira deverá receber R\$ 2,2 bilhões até 2015
- 13- Exército brasileiro inicia participação na operação de regaste de reféns das Farc

1- Comissão da Verdade terá auxílio de comitês estaduais

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, nove representantes de comitês estaduais civis, que investigam a partir de uma perspectiva local os abusos cometidos durante o período de regime militar (1964-1985), se reuniram no dia 23/03/12 na Câmara dos Deputados em uma oficina para discutir formas de contribuição para a Comissão da Verdade. O evento foi organizado pelo Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal, e promovido pelo Centro Internacional de Justiça Transicional (ICTJ), uma organização dedicada à atribuição de responsabilidade por atrocidades e abusos dos direitos humanos. A Secretaria dos Direitos Humanos já mapeou 23 comitês desse tipo existentes no Brasil. Segundo o sociólogo Eduardo González, que já ajudou na criação de comissões em outros países, o auxílio dos comitês estaduais à Comissão da Verdade é fundamental, uma vez que o tempo para desenvolver seus trabalhos é de apenas dois anos, segundo determinado pela sua lei de criação, e o período a ser investigado é de 42 anos (1946-1988). Em entrevista publicada no *Correio*, no dia 29/03/12, González, mencionou que o poder civil deve acreditar na democracia vigente, mobilizar-se e pressionar para que haja um eficiente trabalho da Comissão. Destacou ainda que o governo deve auxiliar os trabalhos com recursos humanos e organização e que as investigações não devem focar-se apenas nas ações dos torturadores, mas

nos mandantes de tais atos. (Correio Braziliense – Política – 24/03/12 – Correio Braziliense – Política – 29/03/12)

2- Dilma Rousseff escolhe membros da Comissão da Verdade e governo estuda regulamentação para seu funcionamento

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a presidente da República, Dilma Rousseff, já selecionou os sete integrantes que irão compor a Comissão da Verdade. Iara Xavier, coordenadora do Comitê Pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal, mencionou que não houve participação dos comitês estaduais da verdade na seleção dos escolhidos. Seus nomes serão divulgados após o dia 31/03/12. Ainda de acordo com *O Correio* o governo brasileiro avalia a proposta de criação de um decreto que regule o funcionamento da Comissão da Verdade, complementando a lei sancionada por Rousseff em 2011. A maior preocupação refere-se ao tempo de apenas dois anos para a realização dos trabalhos. Como conteúdo do decreto estão sendo avaliadas, por exemplo, as viabilidades de elaborações de relatórios parciais, com divulgação prévia a publicação do texto final, e a escolha de um dos integrantes da Comissão para ser o presidente da mesma. Outro ponto a ser abordado pelo decreto é a precisão do início dos dois anos de trabalho da Comissão, se esse tempo contará a partir do planejamento das atividades, ou a partir do início das mesmas. Uma possibilidade de tais complementações serem realizadas poderá ser feita através de recomendação por parte da Casa Civil diretamente para os membros da Comissão da Verdade, sem a necessidade da criação de um decreto para tal. Em coluna opinativa da *Folha de S. Paulo*, o cientista político José Luiz Niemeyer dos Santos Filho destacou a importância de “elucidar a participação dos setores e grupos civis nos processos de radicalização do regime de 1964”, opinião também defendida, segundo Santos Filho, pela ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, como uma das ações a serem desenvolvidas pela Comissão da Verdade. O autor afirmou que vários setores conservadores da sociedade brasileira, como alguns industriais de São Paulo e oligarquias agrárias da região Nordeste, apoiaram o regime militar, tanto por sua ideologia quanto por interesses particulares. Dessa forma, a participação civil no golpe de 1964 ainda tem muito que ser discutida e aprofundada, principalmente no que se refere à tortura e ao desaparecimento de dissidentes do regime. (Correio Braziliense – Política – 29/03/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 27/03/12)

3- Colunas opinam sobre a validade da Lei da Anistia diante de crimes permanentes

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou duas colunas opinativas sobre a ideia de criminalizar desaparecimentos forçados sob o ponto de vista de que se tratam de crimes permanentes e, por isso, não são abrangidos pela Lei da Anistia (1979). Para a professora de direito da Universidade de São Paulo (USP), Janaína Conceição Paschoal, o “tipo penal” do desaparecimento forçado não existe no Brasil. Destacou que se utiliza o argumento do caso da extradição do major argentino Norberto Tozzo, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2008, na qual foi estabelecida uma analogia entre o crime de desaparecimento forçado existente na Argentina e o crime de sequestro

qualificado existente no Brasil. Entretanto, Paschoal destacou que esse tipo de analogia foi feita para “respeitar as instituições e soberania” argentina, mas em âmbito penal não são utilizadas em prejuízo de um indivíduo. Caso isso ocorresse estaria sendo feita uma “ação penal em tipo inexistente”, pois o crime não é previsto na lei brasileira, e estaria ferindo as garantias individuais. Para a professora, não se pode correr o risco de ferir tais garantias, que se aplicam a todos os indivíduos de uma sociedade, para punir atos ocorridos durante uma ditadura. Destacou ainda que a definição de crime contra a humanidade e sua imprescritibilidade foi uma grande conquista para os direitos fundamentais do indivíduo, mas “não se pode, com o argumento de se tratar de crime contra a humanidade, discutir penalmente atos praticados há décadas.” É necessário, para que tais direitos fundamentais sejam garantidos, que “novos conceitos tenham incidência futura, e somente após integração ao ordenamento nacional”. Paschoal afirmou que o STF, ao reafirmar a validade da Lei de Anistia em 2010 o fez de maneira correta, pois uma revisão da lei abriria um “péssimo precedente para a democracia”, pois outros tipos legais poderiam ser questionados, tais como a liberdade de imprensa. Finalmente, Paschoal destacou que deve existir a partir de agora um debate sobre o significado de crime político, pois a Lei de Anistia abrangeu várias ações na categoria, “mas as novidades no âmbito penal e mesmo as novas interpretações devem valer para o futuro, para a manutenção do próprio Estado democrático de Direito.” Por outro lado, o procurador da República na cidade de Uruguiana, no estado do Rio Grande do Sul, Ivan Marx, e o procurador da República na cidade de São Paulo, Sergio Suiama, acreditam que parte dos desaparecimentos ocorridos durante o regime militar (1964-1985) constituem crimes permanentes, uma vez que o destino de tais pessoas é ignorado por todos até os dias atuais, não estando, portanto, contemplados pela Lei de Anistia, que garante que sejam absolvidos os crimes cometidos entre setembro de 1961 a agosto de 1979. Finalmente, Marx e Suiama destacam que tais crimes não podem ser considerados prescritos, pois “não se sabe se e quando ocorreram as mortes”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 24/03/12)

4- Negociações sobre escolha do caça previsto no projeto FX-2

Em entrevista publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, a ex-embaixadora dos Estados Unidos da América (EUA) no Brasil e atual presidente da Boeing Brasil, Donna Hrinak, afirmou não acreditar que o recente rompimento do contrato entre a Força Aérea estadunidense e a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para o fornecimento de aviões Super Tucanos influencie nas negociações entre o governo brasileiro e a Boeing, empresa produtora dos caças modelo F-18 que estão concorrendo no projeto FX-2. Segundo Hrinak, a tecnologia que é oferecida ao Brasil corresponde àquela concedida aos melhores aliados dos EUA e há pretensão de que o país participe ativamente da produção dos F-18, não só daqueles que sejam comprados pelo Brasil, mas de todo F-18 produzido pela Boeing. O processo de compra e transferência tecnológica envolveria mais de 25 empresas brasileiras. Além disso, existe a vontade de desenvolver projetos conjuntos na área de biocombustíveis de aviação, em parceria com a Embraer e a empresa Airbus, bem como projetos de montar um centro de pesquisa na área de materiais, em parceria com a mineradora Vale. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Hrinak

ressaltou que os planos da Boeing para o Brasil vão além do âmbito comercial, pois o país tem condições de atuar como parceiro e centro de tecnologia e pesquisa. No fim de semana de 24/03/12, a exemplo de suas intenções com o Brasil, a Boeing patrocinou um encontro de pesquisadores canadenses e brasileiros sobre visualização analítica de dados. Atualmente, a empresa já patrocina estudantes brasileiros no programa do governo Ciências Sem Fronteira. Segundo a *Folha*, a presidente da República, Dilma Rousseff, aproveitará sua visita à Índia, em reunião dos países pertencentes aos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para estudar a compra dos caças previstos no programa FX-2 e discutir sobre a possível compra, por parte do governo indiano, de 126 caças modelo Rafale, da empresa francesa Dassault, que concorre no fornecimento dos caças ao Brasil com a Boeing e a empresa sueca Saab. De acordo com o jornal, Rousseff analisará as possibilidades de uma cooperação indo-brasileira, caso o Brasil decida pela compra de 36 Rafale, avaliada em R\$ 10 bilhões. O governo indiano busca a transferência tecnológica para a construção do caça no país, aspecto que será utilizado pela presidente brasileira no estudo da compra dos caças Rafale de uma forma que a negociação envolva o governo francês e indiano. A *Folha* destacou que, além da compra dos caças, o Brasil se interessa pela transferência de tecnologia no programa FX-2, e que Rousseff apenas optará pela Dassault caso a empresa garanta a construção de alguns caças em território nacional. A empresa francesa anunciou que poderia montar 30 caças no Brasil, mas analistas questionam se ela teria condições de fazer duas operações de tamanho porte no exterior, especulando-se, inclusive, sobre a possibilidade de fabricação de uma linha única que transformará o Rafale num caça franco-indo-brasileiro, já que a Dassault produzirá, ao mesmo tempo, os caças para a Índia em território indiano. (Folha de S. Paulo – Mercado – 24/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 27/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 29/03/12; O Estado de S. Paulo – Economia – 26/03/12)

5- Quilombolas reivindicam área da Marinha

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, um grupo de moradores locais reivindicam uma área da base naval de Aratu, no estado da Bahia. Denominada “Rio dos Macacos”, o local compreende um trecho de mata atlântica e fica dentro da base militar. A Marinha entrou, em 2010, com uma ação judicial contra as 33 famílias moradoras locais alegando devastação da vegetação local. Entretanto, o grupo conseguiu o reconhecimento de área como remanescente quilombola, em 2011, através do Ministério da Cultura, e permanecem residentes na área, necessitando de autorização da Marinha para entrar em suas casas. Rosemeire dos Santos Silva, líder comunitária, alega que os moradores são vítimas de prisões ilegais e constrangimento, além de terem suspensos rotineiramente o fornecimento de água e energia elétrica. O comandante da base, capitão de mar e guerra Marcos Frota, afirmou que as denúncias foram apuradas e não se confirmaram. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/03/12)

6- Protestos marcam a semana de aniversário de 48 anos do golpe militar de 1964

Conforme noticiado pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, integrantes do movimento Levante Popular da Juventude fizeram protestos, no dia 26/03/12, a favor da rápida instauração da Comissão da Verdade pelo governo federal. Os protestantes fixaram faixas e distribuíram panfletos e cópias de documentos do regime militar (1964-1985) em sete capitais: Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, os manifestantes picharam a calçada do prédio do coronel Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe regional do Serviço Nacional de Informações (SNI). Na zona sul de São Paulo reuniram-se em frente à empresa de segurança privada Dacala, pertencente ao delegado de polícia aposentado David dos Santos Araujo, acusado pelos manifestantes de ter participado de torturas durante o regime militar. Segundo a *Folha*, Araujo afirmou ter trabalhado durante o período a pedido do Exército para impedir o avanço do comunismo. O ex-delegado disse ainda que estava envolvido apenas com o serviço de busca, não participando, portanto, de interrogatórios ou torturas. Ainda de acordo com a *Folha*, os protestos dividiram a opinião de defensores dos direitos humanos. Ivo Herzog, diretor do Instituto Vladimir Herzog, afirmou que a sociedade deve manifestar-se, mas que atos de pichação são vandalismos. Segundo Herzog, apenas o poder público pode alegar quem foi ou não um torturador do regime militar. Por outro lado, o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Rui Falcão, em vídeo publicado em seu site, declarou apoio aos manifestos ocorridos, negou que se trate de “atos de revanchismo” e cobrou a rápida instauração da Comissão da Verdade. De acordo com *O Correio*, o general da reserva, Luiz Eduardo Rocha, afirmou que durante as comemorações do aniversário do golpe militar de 1964 no Clube Militar do Rio de Janeiro, marcadas para o dia 29/03/12, seriam feitas críticas à Comissão da Verdade, baseadas na justificativa dos militares de que os mesmos estão agindo de acordo com as leis brasileiras, o que os ausenta de punições. Segundo o jornal as comemorações dos militares da reserva, proibidas para os militares da ativa, seriam acompanhadas pelo Ministério da Defesa. Em edição do dia 30/03/12 os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* destacaram que durante os debates na sede do Clube Militar os militares da reserva e alguns ex-integrantes do regime militar foram sitiados no prédio por cerca de 300 manifestantes que os acusavam de tortura e assassinato. A Polícia Militar garantiu a saída dos militares em segurança do local, utilizando bombas de efeito moral e spray de pimenta, entretanto, os manifestantes os insultaram com palavrões e gritos, além de jogarem tinta nos militares. De acordo com o general da reserva e atual vice-presidente do Clube, Clovis Bandeira, “os manifestantes não queriam uma reunião de quem pensasse diferente”. O debate promovido pelos militares, intitulado “1964 – A Verdade” foi marcado por elogios ao regime militar e críticas à Comissão da Verdade. Segundo o *Correio*, os militares presentes afirmaram que tom do encontro foi de incentivo às manifestações da reserva sobre “temas políticos”. Ainda, de acordo com o *Correio*, o senador Randolfe Rodrigues, integrante do Partido Socialismo e Liberdade (PSol), protestou contra a celebração dos militares e afirmou que “isso é apologia ao crime, um atentado contra o estado de direito. Comemorar um golpe que quebrou a ordem democrática, impôs ao Brasil 20 anos de terror e tortura, equivale a

celebrar, na Alemanha, o aniversário de Hitler”. O Ministério da Defesa monitorou os fatos ocorridos com apreensão, entretanto não se manifestou oficialmente, mas internamente especula-se que o confronto acirrou ainda mais os ânimos entre os militares e o governo. Contudo, a maior preocupação da Defesa é evitar manifestações de oficiais da ativa. (Correio Braziliense – Política – 27/03/12; Correio Braziliense – Política – 29/03/12; Correio Braziliense – Política – 30/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 27/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 28/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 30/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/03/12)

7- Exército inicia retirada do Complexo do Alemão

Conforme noticiado pela *Folha de S. Paulo*, o Exército iniciou a sua retirada do Complexo do Alemão, conjunto de 13 favelas da cidade do Rio de Janeiro que foi ocupado para a pacificação das comunidades há 1 ano e 4 meses. As tropas militares estão sendo substituídos pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope) e pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar. Segundo *O Estado de S. Paulo*, a retirada do Exército será gradual, e só deve terminar em junho de 2012, conforme acordo feito entre o Ministério da Defesa e o governo do estado do Rio de Janeiro. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/03/12; O Estado de S. Paulo – Cidades/Metrópole – 28/03/12)

8- Embraer planeja participar da reabertura da licitação para fornecimento de aeronaves à Força Aérea dos Estados Unidos

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) planeja participar da reabertura da licitação para fornecimento de 20 aeronaves à Força Aérea dos Estados Unidos que, em fevereiro de 2012, foi suspensa por uma alegação da empresa estadunidense concorrente, Hawker Beechcraft, de que existiam problemas na documentação da licitação inicial. Novamente, estarão envolvidos US\$355 milhões, correspondentes ao possível fornecimento de 20 aviões brasileiros Super Tucano AT-29 que, de acordo com o presidente da unidade de Defesa e Segurança da Embraer, Luis Carlos Aguiar, são próprios para a missão dos Estados Unidos de armar o exército afegão. Entretanto, apesar da suspensão do negócio com o governo estadunidense, a capacidade do Super Tucano de operar em condições adversas e com baixos custos fez com que surgissem encomendas de três países africanos: Burkina Faso, Angola e Mauritânia. Os contratos envolvem suporte logístico, treinamento e peças para a reposição. Somando os pedidos do Super Tucano AT-29 já realizados por outros países, a arrecadação da Embraer Defesa e Segurança, no ano de 2012, poderá alcançar valores em torno de US\$ 900 milhões a US\$ 950 milhões, sendo que a arrecadação total da empresa poderá estar no patamar entre US\$ 5,8 bilhões a US\$ 6,2 bilhões. (Correio Braziliense – Economia – 29/03/12)

9- Ministério Público Militar afirma que fiscalização em prisões militares proposta pela Secretaria dos Direitos Humanos é desnecessária

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, após a Secretaria de Direitos Humanos enviar ao Congresso um projeto de lei que visa a criação de um grupo especial para realizar “visitas surpresas” aos quartéis para verificar as condições de presos militares, o Ministério Público Militar (MPF) se pronunciou julgando que não há a necessidade de tais inspeções. As visitas pretendem fazer parte do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. A procuradora-geral militar, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, afirmou que avaliações das condições dos presos militares são realizadas regularmente. Disse ainda que, embora não se visitem todas as unidades todo o mês, especialmente pelo fato de que existem 56 procuradores para atuar em 2 mil unidades, não existem recentemente acusações de tortura e as denúncias de maus tratos são apuradas. Em nota a Secretaria de Direitos Humanos destacou que o projeto não se destina à fiscalização apenas das prisões militares, mas também delegacias, penitenciárias e outros órgãos. Em coluna opinativa ao jornal *O Estado*, o cientista político Alexandre Barros afirmou que em uma democracia os civis têm poder sobre os militares e, dessa forma, devem inspecionar as prisões militares, pois, se por questões políticas elas ainda não deixaram de existir em tempo de paz, ao menos é necessário um sujeito independente do poder militar para fiscalizá-las. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/03/12; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 29/03/12*)

10- Comissão Interamericana de Direitos Humanos aceita processo contra o Brasil no caso da morte do jornalista Vladimir Herzog

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), abriu processo contra o Brasil para investigar a omissão do país na apuração da morte do diretor de jornalismo da TV Cultura do estado de São Paulo, Vladimir Herzog, morto em 25/10/1975, depois de ser detido por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Na época as autoridades brasileiras alegaram que Herzog havia cometido suicídio e apresentaram uma foto do jornalista enforcado para comprovar sua versão. Entretanto, a imagem fortaleceu a tese que o jornalista havia sido torturado e morto pelos militares, pois apresenta detalhes que impossibilitariam o suicídio. A petição encaminhada a CIDH foi apresentada em conjunto pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil), a Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, o Grupo Tortura Nunca Mais e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo. De acordo com o *Correio*, a Secretaria de Direitos Humanos foi comunicada do processo iniciado na CIDH e já encaminhou cópia para apreciação da Advocacia-Geral da União (AGU), quanto aos requisitos formais do procedimento. O Brasil tem 60 dias para apresentar sua defesa que, caso não seja suficiente, levará o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, também da OEA, cuja função é sentenciar os países que violam os direitos humanos, enquanto a CIDH tem por função apenas fazer recomendações. Segundo os jornais *Correio* e *O Estado* a petição apresentada pela CIDH destacou que a investigação oficial foi

realizada por meio de inquérito militar, a qual concluiu a ocorrência de suicídio, entretanto, em 1992 o Ministério Público de São Paulo chegou a requisitar a abertura de inquérito policial para apurar a morte de Herzog, porém o Poder Judiciário considerou que a Lei da Anistia (1979) impedia tal procedimento. Finalmente, em 2008 houve uma nova tentativa de reabertura do caso, que foi arquivada sob o argumento de prescrição do possível crime. (Correio Braziliense – Política – 30/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 30/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/03/12)

11- Filho do general Emílio Garrastazu Médici faz declarações durante lançamento de livro

De acordo com jornal *Folha de S. Paulo*, o filho do ex-presidente da República Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Roberto Médici, lamentou que muitos se lembrem negativamente do governo de seu pai, o que mais reprimiu a esquerda durante o regime militar (1964-1985). Médici ainda lastimou que a “revolução de 1964” não tenha sido perdoada, como ocorreu com todas as suas antecedentes, e ainda aproveitou para chamar a Comissão da Verdade de “caolha”. Suas declarações foram dadas durante o lançamento do livro “Médici – A Verdadeira História”, escrito pelo general Agnaldo Del Nero, que faleceu em 2009. (Folha de S. Paulo – Poder – 30/03/12)

12- Política espacial brasileira deverá receber R\$ 2,2 bilhões até 2015

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a política espacial do Brasil deverá receber R\$ 2,2 bilhões até 2015. Os recursos serão utilizados na construção de centros de lançamento, de veículos lançadores e de satélites. De acordo com informações do site Contas Abertas, em 2012 serão liberados R\$422,3 milhões. Do orçamento destinado repassado à Agência Espacial Brasileira (AEB) a maior parte será destinada à implantação do complexo espacial de Alcântara, no estado do Maranhão, e outra prioridade será terminar o projeto Cybers3, que vem sendo executado em cooperação com o governo chinês e deve ser lançado ainda em 2012. De acordo com Thyrso Villela, diretor em exercício da AEB, estão no início as discussões sobre o Conselho Nacional de Política Espacial, vinculado à Presidência da República, que será formado por ministros e não mais por funcionários ministeriais. Este novo conselho definirá políticas e prioridades para atender os diferentes Ministérios e a capacitação de profissionais para atender sua sustentabilidade. (O Estado de S. Paulo – Vida – 30/03/12)

13- Exército brasileiro inicia participação na operação de resgate de reféns das Farc

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, partiram no dia 30/03/12 da cidade de Manaus para a cidade de São Gabriel da Cachoeira, ambas no estado do Amazonas, e em seguida para a Colômbia, 2 helicópteros Cougar do Exército brasileiro, 1 avião cargueiro para reposição de peças dos helicópteros e mais de 20 militares para ajudar no resgate dos dez últimos reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A operação deve ocorrer no dia 02/04/12, segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, um dos

responsáveis pela operação. Caracterizados com o emblema da Cruz Vermelha os helicópteros aguardarão sinal para o início da operação. (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/03/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).